



DEUTSCH  
PORTUGIESISCHER  
JOURNALISMUS-PREIS  
PRÉMIO DE JORNALISMO  
LUSO-ALEMÃO

## 3.º Prémio

**Tilo Wagner**

**Racismo e colonialismo**

**Deutschlandfunk, 7 de junho 2021**

Tradução: Paulo Rêgo

## Racismo e colonialismo / Como Portugal pretende lidar com o seu passado

7 de junho 2021, Tilo Wagner

**Portugal tem dificuldade em lidar com a reavaliação da sua história colonial e a lutar contra o racismo e a discriminação. A população de origem africana, porém, reclama mais direitos. Entretanto, o Governo apresentou um plano para fazer face à situação.**

Em finais de abril deste ano, decorre uma cerimónia solene no Parlamento português: representantes políticos e da sociedade comemoram a chamada «Revolução dos Cravos». A 25 de abril de 1974, um grupo de oficiais derrubou o regime autoritário que havia governado Portugal ao longo de quase meio século. Foi para o país o início da liberdade, da democracia e da integração europeia. E, em simultâneo também, um importante passo no sentido de pôr fim à guerra que continuava a ser travada nas colónias. Os futuros estados de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau lutavam então contra o domínio colonial exercido por Portugal, com vista a obter a sua independência.

De pé, diante da tribuna do Parlamento, em Lisboa, está Marcelo Rebelo de Sousa, um homem que, como poucos, simboliza as discrepâncias da história de Portugal desde a segunda metade do século XX. Filho do último ministro das Colónias e do Ultramar do regime autoritário, Rebelo de Sousa foi jornalista e membro-fundador do jornal *Expresso*, um influente semanário liberal. Foi em tempos também presidente do maior partido liberal-conservador, o PSD. E, por fim, desde 2016 ocupa o cargo de presidente da República. Pela primeira vez, Rebelo de Sousa aproveita as comemorações do 25 de Abril para uma reflexão aprofundada sobre a história colonial portuguesa:

«[Q]ue se faça história e história da História, que se retire lições de uma e de outra sem temores nem complexos, com a natural diversidade de juízos, própria da democracia. Mas que se não transforme o que liberta – e toda a revisitação, o mais serena possível, liberta ou deve libertar – em mera prisão de sentimentos, úteis para campanhas de certos instantes, mas não úteis para a compreensão do passado a pensar no presente e no futuro.»

### **O presidente da República apela à reflexão sobre a história colonial**

No seu discurso, Marcelo Rebelo de Sousa exorta, em tom de estadista, os portugueses a refletir abertamente sobre a história colonial do seu país, sobre o racismo e a escravatura, sobre os sofrimentos dos soldados de ambos os lados da guerra colonial, sobre as consequências que daí advieram – tais como a migração, a pobreza e a exclusão – e cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir.

Este discurso constituiu uma novidade e recebeu grande aprovação, refere António Sousa Ribeiro, que dirige o influente Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. É certo que nas universidades desde há décadas tem vindo a ser praticada uma abordagem crítica em relação aos 500 anos de história colonial de Portugal. Contudo, no entender de Sousa Ribeiro, até hoje a maioria dos portugueses nunca questionou verdadeiramente o domínio português exercido, por exemplo, no Brasil, em Angola ou no atual território indiano de Goa:

«A visão que a ditadura aplicou às colónias continua a ter peso, sobretudo o chamado lusotropicalismo, ou seja, a ideia de que o colonialismo português foi bastante diferente, muito mais bondoso do que todos os demais domínios coloniais. Esse ideário mantém-se ainda profundamente enraizado, até mesmo nas gerações mais jovens. Inclui também a ideia de que em Portugal não há racismo.»

## **A história colonial e o racismo são discutidos de modo mais amplo**

Não obstante, a história colonial portuguesa e a questão sobre como o país lida com o racismo estão progressivamente a tornar-se objeto de discussões mais amplas. E as razões para tal são várias: os debates que por todo o mundo se vão fazendo a respeito da escravatura, da colonização e da arte saqueada passaram – também no seio da opinião pública portuguesa – a desempenhar um papel mais importante; evolução semelhante resultou também de movimentos antirracistas como o Black Lives Matter. Além disso, até ao final de junho o país ainda detém a Presidência do Conselho da União Europeia e também na luta contra o racismo pretende fazer boa figura a nível europeu. Contudo, isso também acarreta consequências políticas: o Chega, um partido populista de direita, está em ascensão. Adotou o *slogan* «Portugal não é racista». E o fundador do partido, André Ventura, que ganhou 11,9% dos votos nas eleições presidenciais de janeiro passado, não vê qualquer razão para reavaliar a história portuguesa.

«Demos muito. Cultura, infraestruturas, escolas, integração social e religiosa, que tiveram um papel bastante importante nos séculos XVI e XVII. Tudo isso é esquecido por estes novos intelectuais que dizem que, enquanto sociedade, temos de assumir uma culpa, que temos de responsabilizar-nos por ela, que talvez até tenhamos de pagar reparações aos países onde estivemos presentes. Isso é ridículo. A história é o que é, não podemos reescrevê-la.»

## **Resistência contra uma visão que minimiza os impactos da história colonial**

No âmbito da sociedade portuguesa existe, porém, alguma resistência a esta mundivisão. Nos últimos anos, portugueses afrodescendentes e migrantes africanos, juntamente com partidos políticos de esquerda e organizações antirracistas, têm articulado mais claramente as suas posições no espaço público. E, com efeito, conseguiram assegurar a realização de um projeto, financiado pelo orçamento participativo do município de Lisboa, que deverá vir a estabelecer um novo padrão na cultura da memória desta cidade: numa praça de grande centralidade, junto à margem do Tejo, será construído o primeiro memorial da capital em homenagem às vítimas da escravatura e do racismo. Na verdade, Portugal desempenhou a dada altura um papel claramente decisivo no comércio transatlântico, estimando-se que a partir daí tenham sido transacionados cerca de onze milhões de escravos africanos entre a Europa, a África Ocidental e a América. Segundo o politólogo Riccardo Marchi, da Universidade de Lisboa, a discussão sobre o legado do império colonial está a tornar-se cada vez mais importante:

«Formou-se um movimento de cidadãos afrodescendentes que tem vindo a ganhar influência, que exige direitos, que possui uma agenda política e que deu início a um debate sobre a memória, sobre a história colonial e sobre o racismo estrutural na sociedade portuguesa. Todos estes temas constituem matérias que os partidos já estabelecidos dificilmente integrarão, ou quererão integrar, no debate político; e isso, muito simplesmente, por serem

questões muito delicadas. Certo, porém, é que este movimento de cidadãos de origem africana trouxe a questão para o centro da arena política.»

A consequência é uma polarização crescente no seio da opinião pública e das forças políticas: de um lado encontram-se os partidários da extrema-direita, bem como os conservadores, também de direita, com uma visão que tende a considerar o período colonial da história portuguesa como qualquer coisa inofensiva; do outro lado estão os ativistas que lutam contra o racismo e defendem uma rigorosa reavaliação desse capítulo marcante da história de Portugal. Uma situação que gera alguma insegurança sobretudo entre as figuras moderadas da liderança política do país, entre as quais se conta o próprio presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa:

«[A] cada passo pode ressurgir a tentação de converter esse repensar do passado em argumento de mera movimentação tática ou estratégica. Num tempo que ainda é será de crise na vida e na saúde – e de crise económica e social –, encaremos com lúcida serenidade o que pode agitar o confronto político conjuntural, mas não corresponde ao que é prioritário para os portugueses. E, além de não ser prioritário nestes dias de crises, é duvidoso que o seja alguma vez.»

## **O racismo como resultado da ausência de uma superação da história**

Segundo alguns comentadores políticos, é precisamente nesta passagem que se percebe que o presidente da República parece estar a subestimar a importância que a reavaliação da história pode ter para o presente. Com efeito, o racismo que presentemente se manifesta em Portugal, que decerto resulta também da ausência de uma superação da história, conduz ao mesmo tempo à discriminação e à desigualdade social. A maioria dos cerca de 370 mil cidadãos portugueses de origem africana vive nas periferias das grandes cidades, Porto e Lisboa, em bairros de habitação social degradados ou em lugares que foram em tempos aglomerações de barracas, de onde entretanto já desapareceu a maior parte das construções de chapa ondulada das décadas de 1970 e 1980, mas cujas condições de habitação permanecem precárias. Tal é o caso da Cova da Moura, um bairro situado a oeste da capital. Nas imediações da autoestrada, as casas simples, que foram sendo construídas pelos próprios habitantes, muito próximas umas das outras, sobem por uma encosta e descem pela outra. É neste bairro que se situa a Associação Cultural Moinho da Juventude, onde funciona um jardim de infância e um centro para jovens; a associação apoia também os residentes do bairro a nível alimentar ou nos contactos com os serviços públicos. O bairro da Cova da Moura é frequentemente retratado nos meios de comunicação social mais sensacionalistas como um foco de tensões sociais, onde o tráfico de droga, a criminalidade em geral e os crimes violentos estão sempre na ordem do dia.

Flávio Almada, sociólogo, ativista pelos direitos dos cidadãos e colaborador da associação cultural, recusa-se a aceitar essa imagem. É uma pessoa conhecida: há seis anos, ele foi, juntamente com outros cinco colegas, moradores do bairro, detido por agentes da Polícia, que os levaram para uma esquadra e os agrediram brutalmente, enquanto proferiam ofensas de teor racista. Pela primeira vez na história de Portugal, oito polícias foram condenados a penas de prisão por ofensa à integridade física e sequestro. No entanto, alguns polícias influenciados em parte por ideias de extrema-direita aproveitaram a visibilidade deste processo para fundar um movimento de protesto, que demonstrou solidariedade para com os colegas condenados e procurou aproximar-se do Chega, o partido populista de direita. Flávio Almada acredita que uma grande parte da população portuguesa nega aos cidadãos afrodescendentes o direito de se poderem defender do racismo e da discriminação através de protestos vigorosos:

«Nós, os negros, levamos uma tarefa, perseguem-nos aos tiros, somos detidos sem qualquer justificação, somos mortos e ninguém quer saber. Ainda assim, a opinião pública acha que simplesmente temos de aguentá-lo. Não devemos defender-nos, pois isso parece ser um privilégio a que não temos direito. Pensemos, por exemplo, nas muitas empregadas domésticas que aqui moram. Trabalham 16 horas por dia, são exploradas no trabalho que realizam, quando passam na rua são discriminadas; depois regressam aqui ao bairro e, à entrada, são regularmente revistadas por agentes da Polícia masculinos – é coisa que se espera que simplesmente aguentem? Neste país predomina um racismo estrutural.»

### **O Conselho da Europa mostrou-se preocupado**

Só em março é que, num relatório específico, o Conselho da Europa se mostrou preocupado com o facto de em Portugal a quantidade de abusos de teor racista, bem como os discursos de ódio em relação à população de origem africana e de origem cigana, estar a aumentar de um modo perceptível. Entretanto, também o Governo socialista veio reconhecer a existência destes problemas. Até finais de junho, a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, quer fazer aprovar um plano nacional para o combate ao racismo.

«Portugal ocupa neste momento a Presidência do Conselho da União Europeia. Trata-se de um enquadramento excelente para, através de bons exemplos, se fazer progressos. E em Portugal, a nível interno, isso também nos será proveitoso. Apoiamos inteiramente a ideia europeia da salvaguarda dos direitos humanos e o propósito de criar uma União Europeia em que todas as pessoas sejam iguais e tenham as mesmas oportunidades.»

A Comissão Europeia exige de todos os estados-membros da UE que até ao final do ano de 2022 estes aprovem um plano de ação contra o racismo. Portugal apresentou o seu plano substancialmente mais cedo. Para alguns observadores este é mais um sinal de que o Governo socialista leva a sério as questões da integração e da igualdade de oportunidades. No ano passado, o Governo adotara já medidas que tornaram a chamada Lei da Nacionalidade mais abrangente: aos filhos de migrantes que tenham entrado em Portugal de forma ilegal e que aí residam há mais de um ano é, à nascença, atribuído o direito à nacionalidade portuguesa.

### **Portugal elabora um plano antirracismo**

O Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação apresentado por Portugal compreende dez áreas de intervenção distintas: desde a formação na administração pública, passando por quotas no ensino superior para estudantes afrodescendentes, até medidas no domínio da educação, da cultura, da justiça e do desporto, bem como de cariz social. Até meados de maio, o plano esteve aberto a acolher outras propostas por parte dos cidadãos. O Governo pretende aprovar o plano em Conselho de Ministros antes ainda da pausa estival. Além disso, também o Ministério da Administração Interna português anunciou medidas duras para combater condutas racistas por parte de agentes da Polícia. A secretária de Estado Rosa Monteiro refere ainda:

«Costuma dizer-se que uma sociedade não se muda por decreto. Ainda assim, as leis são muito importantes, pois mostram-nos como pode ser a sociedade em que queremos viver. Sabemos que temos muito trabalho pela frente, por exemplo na área da educação ou na administração pública.»

Permanece em aberto a questão sobre se efetivamente é possível a aplicação na prática do plano antirracismo. No Parlamento português, os partidos da oposição mais conservadores

não se mostraram favoráveis à criação de quotas para os estudantes afrodescendentes. Além do mais, até agora são desconhecidos os montantes que, em termos globais, o Governo pretende investir no programa. Por essa razão, este propósito acaba por ser acolhido com ceticismo por parte de quem já foi vítima de discriminação racial, como é o caso de Flávio Almada:

«Quero saber exatamente o que irá ser feito no nosso bairro para resolver os problemas crónicos que existem no domínio da habitação. Quero saber quanto dinheiro irá ser investido nos meios de transporte público. É certo que já existe um passe social, mas precisamos de mais comboios suburbanos. E gostaria de saber de que modo as nossas irmãs, mães e tias – que trabalham como empregadas de limpeza ou empregadas domésticas – irão beneficiar desse plano. É que nesse tipo de trabalho elas podem ser despedidas de um momento para o outro. Como irão elas ter acesso a mais direitos?»

O Governo português anunciou recentemente que pretendia investir cerca de 2700 milhões de euros do Plano de Recuperação da UE na construção de habitação social, ao mesmo tempo que avançaria na ampliação da rede ferroviária. Até agora continua por esclarecer em que medida a população migrante, os cidadãos de etnia cigana e os afrodescendentes irão beneficiar dos dinheiros vindos de Bruxelas.

### **Violência e discriminação quotidianas**

Além disso, diversos especialistas não têm dúvidas de que, sem uma aprofundada reavaliação do que foi a experiência quotidiana do racismo no império colonial português, muitos portugueses brancos terão dificuldade em aperceber-se da necessidade de promover uma campanha de antirracismo. Não se trata apenas da culpa que Portugal carrega em relação ao comércio escravagista transatlântico, mas também da violência e discriminação que integravam a realidade da vida quotidiana da população africana nas colónias até meados da década de 1970.

Só atualmente se discute de um modo mais amplo este último aspeto da história colonial. Tal deve-se também ao facto de os feitos alcançados nos séculos XV e XVI – quando os portugueses exploraram as rotas marítimas para África, para a Ásia e para a América Latina – continuarem a desempenhar um papel de extrema importância na perceção que o país tem de si mesmo:

«Portugal é um país situado na orla da Europa, mas que se sente como fazendo parte do centro. Como argumento são utilizadas referências à sua história, entendida como gloriosa. Todos os mitos que se prendem com esse período histórico conhecido como Era dos Descobrimentos formam uma narrativa deveras poderosa, que se mantém até aos nossos dias.»

É António Sousa Ribeiro, da Universidade de Coimbra, quem o diz. Esta imagem suavizada da história alimenta uma forma de identidade nacional exaltada.

«É muito difícil abrir brechas nesta hiperidentidade dos portugueses, à qual o filósofo Eduardo Lourenço faz referência. Quando alguém questiona ou põe em dúvida essa identidade ou hiperidentidade, tal é percecionado quase como um golpe mortal. Estar-se-á assim a convidar as pessoas a negar tudo aquilo em que acreditaram ao longo de toda a sua vida.»

É por essa razão que, se se quiser lidar com o racismo e reavaliar a história colonial em Portugal, a educação desempenha um papel decisivo. É certo que, entretanto, os manuais escolares portugueses mencionam também a escravatura, mas esta não é explicada como o

elemento fundamental de uma ordem económica e de uma forma de domínio que, de resto, possibilitou a própria existência e manutenção de colónias.

A escritora Isabela Figueiredo trabalha desde há vários anos como professora em escolas portuguesas. Há doze anos, publicou um relato autobiográfico intitulado *Caderno de memórias coloniais*, acerca da sua infância em Moçambique, quando, antes da Revolução dos Cravos, este território era ainda uma colónia portuguesa. Descreve aí o seu próprio pai como um racista sem escrúpulos. A publicação do livro causou grande sensação em Portugal. Nos programas do ensino secundário continuam a faltar livros como este, ou semelhantes. Ainda assim, Isabela Figueiredo acredita que será apenas uma questão de tempo até os portugueses se atreverem a lançar um olhar mais crítico ao legado colonial.

«Até agora não lidámos da maneira correta com o que foi a face mais sombria da nossa história colonial. A Alemanha conseguiu realizar muito bem uma reavaliação dos crimes cometidos aquando da Segunda Guerra Mundial, mas nós estamos com mais dificuldade em consegui-lo. Só na última década é que começámos timidamente essa reavaliação. Na próxima década isso irá refletir-se nas escolas. Entretanto, ainda nada sentimos dessa evolução, pois estas coisas não ocorrem de imediato, precisam de tempo.»